



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023/NL

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES/BA, Inscrição no CNPJ Nº 13.607.213/0001-28, com sede Av. Justiniano Silva, nº 98, Centro, Amélia Rodrigues-BA, CEP: 44.230.000, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital (Termo de Referência) conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS	26/01/2023
REFERÊNCIAS DE HORÁRIOS	HORARIO DE BRASILIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	Licitação.pmar2021@gmail.com
LINK DO EDITAL:	https://www.ameliarodrigues.ba.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional para promoção de palestras e oficinas na Jornada Pedagógica de 2023 do município de Amélia Rodrigues – BA.

1.1 - Planilha Descritiva:



ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1	PALESTRA MAGNA - TEMA: O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA E O NOSSO PAPEL NA ESCOLA. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR PALESTRANTE PORTADOR DE DOUTORADO. PÚBLICO ALVO: TODOS OS PROFISSIONAIS E EDUCADORES SOCIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES , COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA E 30 MINUTOS.	H	1H30M
2	OFICINA I – TEMA: A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO PARTE DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E O PAPEL DA MERENDEIRA NA ESCOLA. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO. PÚBLICO ALVO: MERENDEIRAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 2 HORAS.	H	2
3	OFICINA II – TEMA: O MOTORISTA ESCOLAR E O SEU PAPEL NA CONDUÇÃO DOS ESTUDANTES. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE GRADUAÇÃO NA ÁREA RELATIVA AO TEMA. PÚBLICO ALVO: MOTORISTAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 2 HORAS.	H	2
4	PALESTRA - TEMA: EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR PALESTRANTE PORTADOR MÍNIMO DE MESTRADO NA ÁREA RELATIVA AO TEMA. PÚBLICO ALVO: TODOS OS PROFISSIONAIS E EDUCADORES SOCIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES , COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA.	H	1
5	PALESTRA - TEMA: COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO AMBIENTE ESCOLAR. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR PALESTRANTE PORTADOR DE MÍNIMO DE MESTRADO NA ÁREA RELATIVA AO TEMA. PÚBLICO ALVO: TODOS OS PROFISSIONAIS E EDUCADORES SOCIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES , COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA.	H	1
6	OFICINA III – TEMA: METODOLOGIAS ATIVAS PARA O TRABALHO COM OS OBJETOS DE CONHECIMENTOS NO REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU E EXPERIÊNCIA EM DOCÊNCIA. PÚBLICO ALVO: DOCENTES DO 4º E 5º ANOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES , COM CARGA HORÁRIA DE 2 HORAS.	H	2
7	OFICINA IV – TEMA: O PROCESSO AVALIATIVO NA EJA: REFLEXÕES SOBRE UMA AVALIAÇÃO FORMATIVA E DEMOCRÁTICA. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU E EXPERIÊNCIA EM DOCÊNCIA. PÚBLICO ALVO: DOCENTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/EJA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES , COM	H	2



	CARGA HORÁRIA DE 2 HORAS.		
8	OFICINA V – TEMA: O PAPEL DO SECRETÁRIO ESCOLAR E DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS NA ESCOLA. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE GRADUAÇÃO E EXPERIÊNCIA NA ÁREA. PÚBLICO ALVO: SECRETÁRIOS ESCOLARES E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 2 HORAS.	H	2
9	OFICINA VI – TEMA: A CRIANÇA NA SUA INTEGRALIDADE. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR COM EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA, PORTADOR MÍNIMO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA RELATIVA AO TEMA. PÚBLICO ALVO: DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 3 HORAS. NECESSÁRIO 1 FORMADOR.	H	3
10	OFICINA VII – TEMA: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE MESTRADO E EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA. PÚBLICO ALVO: DOCENTES DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 3 HORAS. NECESSÁRIO 1 FORMADOR.	H	3
11	OFICINA VIII – TEMA: METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE MESTRADO E EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA. PÚBLICO ALVO: DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ÁREAS DE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS DA NATUREZA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 3 HORAS. NECESSÁRIO 1 FORMADOR.	H	3
12	OFICINA IX – TEMA: O COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA E A FORMAÇÃO INTEGRAL DOS SUJEITOS. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE MESTRADO E EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA. PÚBLICO ALVO: DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ÁREA DE LINGUAGENS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 3 HORAS. NECESSÁRIO 1 FORMADOR.	H	3
13	OFICINA X – TEMA: O COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: REFLEXÕES E PRÁTICA. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA RELATIVA AO TEMA E EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA. PÚBLICO ALVO: DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E ENSINO RELIGIOSO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 3 HORAS. NECESSÁRIO 1 FORMADOR.	H	3



14	OFICINA XI – TEMA: PROCESSO AVALIATIVO NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE MESTRADO E EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA. PÚBLICO ALVO: DOCENTES DA EQUIPE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 3 HORAS. NECESSÁRIO 1 FORMADOR.	H	3
15	OFICINA XII – TEMA: O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE MESTRADO E EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA. PÚBLICO ALVO: EDUCADORES SOCIAIS E ARTICULADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 3 HORAS. NECESSÁRIO 1 FORMADOR.	H	3
16	OFICINA XIII – TEMA: O PAPEL DA EQUIPE GESTORA NO CONTEXTO ESCOLAR. DEVERÁ SER REALIZADA PRESENCIALMENTE POR OFICINEIRO/MEDIADOR PORTADOR MÍNIMO DE MESTRADO E EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA. PÚBLICO ALVO: GESTORES E COORDENADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMÉLIA RODRIGUES, COM CARGA HORÁRIA DE 3 HORAS. NECESSÁRIO 1 FORMADOR.	H	3

1.2 – Das demais especificações:

1.2.1 - Os palestrantes e oficinairos/mediadores devem possuir habilitação técnica e formação específica, além de experiência comprovada, no que couber, conforme descrito neste Termo. As comprovações poderão se dar através de Certificado emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC. Também deverá ser apresentada cópia de documento pessoal com foto.

1.2.2 – O nome dos palestrantes e oficinairos/mediadores apresentados pela Contratada deverão ser aprovados formalmente pela Contratante.

1.2.3 – A empresa contratada será integralmente responsável por todo material didático e de apoio pedagógico a serem utilizados nas palestras e oficinas.

2 - DA JUSTIFICATIVA:

TEMA: O papel social da escola e o nosso papel na escola.

A escola tem a função social de formação do cidadão (SOARES, 2010). Diante da premissa, são essenciais os seguintes questionamentos: Quais tipos de cidadãos pretende formar-se e para qual sociedade? Cidadãos no plural, porque a estratificação social em castas, estamentos e classes não almeja a mesma cidadania para todos, resultando em ofertas e oportunidades desiguais.

Uma das expressões dessa desigualdade é revelada através da Teoria da Escola Dualista desenvolvida por Baudelot e Establet (1971) segundo o qual na divisão da sociedade em classes, por exemplo, representada pelo sistema capitalista, a escola tem a função de reproduzir as relações sociais de produção para perpetuação



do poder da classe dominante. Nesta perspectiva, a grande maioria da população estaria condenada à marginalização, com uma educação restrita e desigual.

Como Contraponto, Dermeval Saviani (1992), idealizador da Teoria Histórico-Crítica, resgata a importância da escola e a sua função social na formação cidadã, esta não centrada na reprodução das relações de produção, mas na formação dos sujeitos para uma sociedade democrática. Sujeitos que a partir do acesso e compreensão do conhecimento sistematizado tenham instrumentos para reflexão e transformação da sociedade. Pois, se a sociedade interfere na educação, a educação também interfere na sociedade. Esta compreensão dialética da relação sociedade/educação faz toda diferença para repensar a função social da escola na contemporaneidade e para além das Teorias Crítico-Reprodutivistas”.

No contexto que se impõe a reelaboração e homologação do Referencial Curricular Municipal, diante da aprovação da Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017), e os desafios para a reelaboração dos Projetos Político Pedagógicos das Unidades de Ensino, propomos com tema central na Jornada Pedagógica 2023 “O papel social da escola e o nosso papel na escola”.

Com esse tema, será permitido múltiplas reflexões em torno da função social da Escola e da consequente formação dos sujeitos para uma sociedade democrática, oportunizar espaços/momentos assim, com certeza, contribuirá para vivências comunitárias, enfrentamento das diversas formas de violência e desigualdade social, e na participação dos sujeitos para além dos muros da escola.

Assim sendo, a educação deve ser compreendida como um instrumento a serviço da consolidação da democracia. E esta discussão deve ser empenhada por todos os profissionais da Educação escolar, em suas diversas categorias, etapas e modalidades, enfim, precisamos construir uma Educação de/para Todas/os de fato.

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver reflexões em torno da relação dialética entre escola e sociedade oferecendo caminhos para a construção de uma Educação Emancipadora a partir do diálogo sobre as intencionalidades da educação e sua coerência com o cotidiano no espaço escolar e enfrentamento das desigualdades sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- I. Oportunizar reflexões sobre a relação dialética entre Escola e Sociedade;
- II. Oferecer instrumentos para a reelaboração do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Ensino;
- III. Discutir sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial no município;
- IV. Discutir sobre a operacionalidade da Educação de Tempo Integral.
- V. Oferecer instrumentos para o desenvolvimento dos Componentes Curriculares da parte diversificada do currículo.
- VI. Contribuir para a construção da comunicação não violenta no ambiente escolar;

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

1º DIA 07/02- TURNO MATUTINO

PÚBLICO ALVO – TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E EDUCADORES SOCIAIS

- 8h - Abertura Solene.
- 8h30min - Apresentação cultural.
- 9h - Mesa solene: Prefeito, Secretária, APLB, CME, Gestora.
- 9h30min - Exibição do vídeo das ações de 2022.



- 10h às 11h30min - Palestra Magna - Mesa de abertura: **O papel social da escola e o nosso papel na escola.**
- 11:30min Lançamento dos Referenciais Curriculares do Município de Amélia Rodrigues.

DIA 07/02- TURNO VESPERTINO

SALAS TEMÁTICAS

- 14h às 16h - Oficina I **PÚBLICO ALVO:** Merendeiras.
Tema: A alimentação escolar como parte do processo de aprendizagem e o papel da merendeira na escola.
- 14h às 16h - Oficina II - **PÚBLICO ALVO:** Motoristas.
Tema: O Motorista Escolar e o seu papel na condução dos estudantes

2º DIA 08/02- TURNO MATUTINO

PÚBLICO ALVO – TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E EDUCADORES SOCIAIS.

- 8h - Apresentação cultural
- 8h30min - Palestra Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva
- 9h30min - Palestra - Comunicação não violenta no ambiente escolar.

DIA 08/02- TURNO VESPERTINO

- 14h às 16h - Oficina III **PÚBLICO ALVO:** Docentes do 4º e 5º anos.
Tema: Metodologias Ativas para o trabalho com os objetos de conhecimentos no Referencial Curricular Municipal.
- 14h às 16h - Oficina IV- **PÚBLICO ALVO:** Educação de Jovens e Adultos / EJA.
Tema: O processo avaliativo na EJA: reflexões sobre uma avaliação formativa e democrática.
- 14h às 16h - Oficina V - **PÚBLICO ALVO:** Secretários Escolares e Técnico Administrativo Educacional
Tema: O papel do Secretário Escolar e dos Técnicos Administrativos na escola.

3º DIA 09/02- TURNO MATUTINO

OFICINA	PÚBLICO	TEMA	CH	FORMADOR
OFICINA VI	DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	A CRIANÇA NA SUA INTEGRALIDADE	3H	1
OFICINA VII	DOCENTES DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO	3H	1
OFICINA VIII OFICINA IX OFICINA X	DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	* ÁREAS DE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS DA NATUREZA: METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS; * ÁREA DE LINGUAGENS: O COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA E A FORMAÇÃO INTEGRAL DOS SUJEITOS. *ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E ENSINO RELIGIOSO: O COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: REFLEXÕES E PRÁTICA.	3H CADA	3
OFICINA XI	DOCENTES DA EQUIPE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	PROCESSO AVALIATIVO NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	3H	1



OFICINA XII	EDUCADORES SOCIAIS E ARTICULADORES	O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	3H	1
OFICINA XIII	GESTORES E COORDENADORES	O PAPEL DA EQUIPE GESTORA NO CONTEXTO ESCOLAR	3H	1

* Os horários previstos para palestras e oficinas poderão sofrer alterações.

3 - METODOLOGIA

A presente contratação ocorrerá por meio de Dispensa de Licitação, com base no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 050/2022.

4 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece normas gerais para que a Administração Pública, através dos entes e entidades, realize compras, execute serviços e obras entre outros. A dispensa de licitação, foco deste Termo de Referência, é a forma de contratação direta que a Administração Pública pode realizar, pois, existe a viabilidade de competição.

Justifica-se também pela rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, onde têm os licitantes a possibilidade de reduzir preços durante o próprio processo de escolha, visto que, a escolha ocorreu em razão do valor, uma vez que até o final do exercício não se utilizará um valor acima de R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), nos termos do Decreto nº 11.137, de 29 de dezembro de 2022.

Dessa forma, prestação de serviços ora mencionado, satisfaz as necessidades do Município, e se enquadra nos preceitos legais previsto no inciso II, do Artigo 75º, da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 050/2022.

5 - AVALIAÇÃO DE CUSTO:

Atendendo ao disposto da Lei nº 14.133/2021, a contratação da Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues - BA, através do Fundo Municipal de Educação, procedeu pela pesquisa direta com fornecedores, para verificação dos preços e estimativa de custos.

6 – DO PRAZO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

6.1. Os serviços serão prestados entre os dias 07 e 09 de fevereiro, sendo o contrato de período de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do Contrato, podendo ter seu prazo prorrogado sucessivamente, de acordo com o previsto na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

7- DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

7.1 Os serviços serão efetuados de acordo com as necessidades da Administração, a partir do recebimento da



Nota de Empenho/ordem de fornecimento/serviço emitida pelo setor responsável.

7.2. A empresa deverá constar na Nota Fiscal a data em que o serviço foi efetuado, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos serviços.

7.3. Os serviços que integram o objeto do presente termo de referência deverão estar em conformidade com os itinerários devidamente descritos neste Termo conforme tabela descrita acima.

7.4. A execução do serviço será parcelada, em dias já estabelecidos neste Termo, conforme a necessidade desta Secretaria, podendo ocorrer, nos endereços constantes das ordens de serviço.

7.5. Além da execução no local designado pelo órgão solicitante, deverá a Contratada comprometer-se, integralmente, com eventuais danos causados à gestão e seus subordinados.

7.6. Os serviços serão rejeitados, sempre que estiverem em desacordo com as condições estipuladas no instrumento convocatório e contratos.

7.7. Os itens necessários a execução dos serviços deverá ser de qualidade, estando em ótimo estado de conservação.

7.8. As despesas relativas à prestação dos serviços serão de responsabilidade da contratada. E o pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, após a realização dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal.

7.9. A CONTRATADA deverá, durante a execução dos serviços, atender as exigências das condições de segurança.

7.10. A empresa vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria requisitante, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

7.11. A contratada se responsabilizará por quaisquer danos causados aos produtos na execução dos serviços.

7.12. Fica assegurado a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Amélia Rodrigues - BA o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações exigidas no presente Termo de Referências, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 05 (cinco) horas, a contar da sua notificação, conforme os prazos estabelecidos, que ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Amélia Rodrigues/BA.

10 – DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇO:

10.1 Trata-se de serviço comum, a ser contratado mediante Dispensa de Licitação em razão do valor.



10.2. A contratação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

11 – CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 Para assinatura do contrato a Empresa vencedora deverá apresentar:

- a) Serviços compatíveis com os que foram solicitados neste expediente, no local e data definidos e informados para análise e aprovação dos mesmos pelo responsável da Fiscalização designado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.
- b) Os serviços deverão obedecer às exigências previstas pela Secretaria solicitante, sob pena de decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo e nas legislações vigentes.

12 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será até o 30 (trigésimo) dia subsequente ao mês da execução do serviço, após o “atesto” do satisfatório atendimento do especificado.

12.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar a Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda, a nota fiscal do (s) serviço (s) realizado (s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Fundo Municipal de Amélia Rodrigues/BA e conter o número do empenho correspondente;

12.3 - Além da nota fiscal do (s) serviço (s) executado (s), a (s) empresa (s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do contrato) os seguintes documentos:

12.3.1 - prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;**(exclusivo para pessoa jurídica)**

12.3.2 - Certidão Negativa relativo a débitos Trabalhistas (CNDT);

12.3.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral);

12.3.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;

12.3.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 - As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta da seguinte dotação fixada na Lei Orçamentária Anual do Município de Amélia Rodrigues/BA, exercício de 2023:



SECRETARIA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE:	ELEMENTO DE DESPESA
EDUCAÇÃO	1500	2035	3390.39.00

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o termo de referência, as cláusulas contratuais, e os termos de sua proposta;

14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

14.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

14.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

14.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

14.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

14.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

14.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

14.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o fornecimento dos produtos objeto do contrato;

14.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos bens, após seu recebimento;

14.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



14.10. Rejeitar qualquer produto fornecido equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes neste Termo de referência.

14.11. Impedir que terceiros forneçam os produtos objeto desta Dispensa, ressalvados os casos autorizados pela Secretaria municipal de Educação, Esporte e Cultura;

14.12. Solicitar que seja refeito o serviço que não atenda às especificações constantes neste termo de referência.

14.13. Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o serviço, por intermédio de servidor nomeado para esse fim.

15 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

15.1 - Prestar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

15.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos necessários à execução dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.3. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.4. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos produtos, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas,



sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

15.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

15.7. Promover a organização técnica e administrativa inerentes a prestação dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

15.8. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste termo de referência.

15.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

15.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

15.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

15.16. Será permitida a subcontratação de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto, devendo o contratado apresentar à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontrato.

15.17. Coordenar todos os profissionais e integrantes desta solicitação e responsabilizar-se em relação a todos os atos e fatos da Jornada Pedagógica durante a vigência do contrato.



15.18. A proponente deverá encaminhar o orçamento/proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão, devendo, ainda, declarar e encaminhar, as seguintes informações:

- A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública
- O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- A responsabilidade pelas informações que forem encaminhadas, assumindo como firmes e verdadeiras;
- O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
- O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 - DAS SANÇÕES:

16.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- 16.1.1. Dar causa a inexecução parcial do contrato;
- 16.1.2. Dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo;
- 16.1.3. Dar causa a inexecução total do contrato;
- 16.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 16.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 16.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 16.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.1.11. Considerar comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 16.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos deste certame;



16.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. O prestador dos serviços que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 16.1.1 deste Termo de Referência para Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 16.1;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens do 16.1.3, deste Termo de Referência para Contratação Direta quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além de perda desse valor a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

16.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

16.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

16.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indício de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;



16.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

17 - DA FISCALIZAÇÃO:

17.1. O Município de Amélia Rodrigues/BA, através de seus Gestores, designa, mediante a portaria 70/2022, o servidor Gilberto Vilas Boas de Carvalho, que fará o acompanhamento e fiscalização do referido contrato, sendo o responsável pela observância do fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais obrigando-se a comunicar aos demais setores sobre qualquer falta ou falha, cumprindo assim o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O representante da Contratante possui a qualificação necessária para o acompanhamento e controle dos produtos e execução do contrato.

17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência

17.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.6. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.7. O servidor da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura do Município de Amélia Rodrigues/BA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

17.8 – O Fundo Municipal de Educação terá como gestora dos futuros contratos a Sra. Maisa dos Santos Reis, matrícula 8703, designada e nomeada para este fim, nos termos da Portaria nº 69/2022.



18 – ANEXOS:

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Modelo de Proposta de Preço;
- Anexo II – A declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Anexo III – Declaração do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- Anexo IV – Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- Anexo V – Declaração de responsabilidade pelas informações que forem encaminhadas, assumindo como firmes e verdadeiras;
- Anexo VI – Declaração do cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber.

Amélia Rodrigues- BA, 23 de janeiro de 2023.

Gilmara dos Santos Belmon Bomfim
Secretário Municipal de Educação Esporte e Cultura
Decreto nº 004/2021.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE
AMÉLIA
RODRIGUES
TEMPO DE RECONSTRUIR

**ANEXO I –
MODELO DA PROPOSTA**

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO PROCESSO ADMINISTRATIVO: XXX/2023					
Razão Social do Fornecedor:					
Nome Completo do Responsável da Empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
E-mail:					Telefone:
OBJETO:					
LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		H	1H30M	R\$	R\$
2		H	1	R\$	R\$
3		H	2	R\$	R\$
4		H	2	R\$	R\$
5		H	1	R\$	R\$
6		H	1	R\$	R\$
7		H	1	R\$	R\$
8		H	2	R\$	R\$
9		H	2	R\$	R\$
10		H	2	R\$	R\$
11		H	3	R\$	R\$
12		H	3	R\$	R\$
13		H	3	R\$	R\$
14		H	3	R\$	R\$
15		H	3	R\$	R\$
16		H	3	R\$	R\$



PREFEITURA DE
AMÉLIA
RODRIGUES
TEMPO DE RECONSTRUIR

PRAZO E LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO: 07 A 09 de fevereiro. Grupo Escolar José Lazaro Pereira	
Quando necessário favor retornar no tel: (XX) XXXXXXXXXX E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXX	
LOCAL E DATA:	
<div>Carimbo do CNPJ/Assinatura da Empresa.</div>	<div>Assinatura do Responsável pela Pesquisa de Preço.</div>
VALIDADE DA PROPOSTA: / /	

**ANEXO II –
DECLARAÇÃO IMPEDIMENTOS DO ART. 14**

A empresa _____ declara para os devidos fins que não está incurso nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XXXXXXXXXXXXX /BA, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante da empresa.



**ANEXO III -
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

....., inscrita no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.
(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e
do CPF nº..... DECLARA, para fins de habilitação na Dispensa de Licitação nº ***/2023,
sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é
considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006

XXXXXXXXXXXXX /BA, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante da empresa.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE
AMÉLIA
RODRIGUES
TEMPO DE RECONSTRUIR

OBS: 1) assinalar com um "X" a condição da empresa.

OBS: Esta declaração deverá ser entregue junto a Proposta de Preços pela empresa que pretende ser beneficiado nesta licitação pela Lei Complementar nº 123/2006.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta no Termo de Referência da Dispensa nº ***/2023 da Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues/Ba, que a empresa.....tomou conhecimento do Aviso de Contratação e de todas as condições de participação na Dispensa de Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Termo de Referência e fornecer material/serviço de qualidade, sob as penas da Lei.

XXXXXXXXXXXX/BA, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante da empresa.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE
AMÉLIA
RODRIGUES
TEMPO DE RECONSTRUIR

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DAS INFORMAÇÕES

A empresa _____, inscrita no do
CNPJ _____/_____/_____-_____ residente no endereço
Bairro _____

_____, Município _____ CEP _____,
assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e autenticidade das cópias dos documentos
entregues para a Dispensa de Licitação nº ***/2023. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações
prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis.

XXXXXXXXXXXX/BA, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante da empresa.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE
AMÉLIA
RODRIGUES
TEMPO DE RECONSTRUIR

ANEXO VI – DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD

A empresa _____ declara para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência – PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

XXXXXXXXXXXXXXXX/BA, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante da empresa.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE
AMÉLIA
RODRIGUES
TEMPO DE RECONSTRUIR